



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.  
Campus Porto Alegre

**REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CONSELHO DE CAMPUS**  
**GESTÃO 2012-2014**  
**ATA Nº 03/2013**

1 Aos quatorze dias do mês março de dois mil e treze, às quatorze horas, na Sala de  
2 Convenções do nono andar do prédio sede do Campus Porto Alegre do Instituto Federal de  
3 Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - sito à Rua Coronel Vicente, nº 281,  
4 no Centro desta Capital, foi realizada a segunda reunião extraordinária do Conselho  
5 Permanente deste Campus. A reunião foi conduzida pelo presidente titular do Conselho de  
6 Campus, Professor Paulo Roberto Sangoi. Estiveram presentes nesta reunião membros  
7 representantes do segmento docente, conselheiros Sabrina Letícia Couto da Silva, André  
8 Rosa Martins, Juliana Schmitt de Nonohay, Evandro Manara Miletto e Claudia Wyrvalski;  
9 representantes do segmento dos servidores técnico-administrativos, os conselheiros Adriana  
10 de Farias Ramos, Douglas Neves Ricalde, Suzinara da Rosa Feijó, Martha Helena  
11 Weizenmann e Cesar Germano Eltz; os representantes discentes, Yuri Ferreira Machado,  
12 Ivan Francisco Diehl, Ibá Souza da Costa e Mayara, e o representante da sociedade civil  
13 Associação de Software Livre. A Reitora do IFRS Claudia Schiedeck de Souza e pró-reitor  
14 de Pesquisa e Inovação Julio Heck também estavam presentes e acompanharam a reunião.  
15 Dado início à reunião, o Presidente cumprimentou os conselheiros e demais presentes que  
16 acompanhavam a reunião como ouvintes. Esta reunião foi secretariada pela servidora  
17 Cristine Stella Thomas, indicada pelo Presidente do Conselho para a tarefa. Com o quorum  
18 presente, o presidente saudou a mesa, e a reitora Claudia e deu início a pauta. **1.**  
19 **Convênio UFRGS:** Primeiro ponto a ser tratado, o convenio com a UFRGS; o presidente  
20 lembrou que todos os conselheiros haviam recebido a cópia do último convênio firmado com  
21 a UFRGS e passou a palavra à reitora que estava presente na reunião para fazer o seu  
22 relato sobre o assunto. A reitora colocou que em virtude do tensionamento com a UFRGS,  
23 pela questão da utilização do prédio da Ramiro, sentiu-se na obrigação para estar na  
24 reunião de hoje para falar sobre o andamento do convenio, relatar alguns acontecimentos e  
25 em cima disso fazer os encaminhamentos. Ela relatou que o reitor da UFRGS chamou-a no  
26 final do ano passado para falar sobre a renovação do convênio, e que escolhessem um

27 grupo para sentar e negociar o compartilhamento do prédio na Ramiro e fazer as  
28 adequações de espaço; isso foi feito, reunido um grupo de servidores, alguns  
29 coordenadores de curso do prédio da Ramiro, que participaram de reunião, onde decidiram  
30 compartilhar alguns espaços, e encaminharam então uma proposta e entenderam que  
31 naquele momento iria ser um termo aditivo ao convenio que já vinha em andamento; mas  
32 em seguida veio a resposta que teria ser feito um novo convenio, pois aquele outro havia  
33 terminado o prazo, e deveria passar novamente pelo CONSUP (Conselho Superior) da  
34 UFRGS. Naquele momento o documento veio com uma série de prazos para o IFRS, para  
35 desocupação de salas e etc., e o IFRS se posicionou no sentido de que aqueles prazos não  
36 seriam possíveis, pois não davam flexibilidade suficiente para sair, mas que estavam  
37 dispostos a negociar o compartilhamento, o que foi feito; negociaram a mudança, e já teriam  
38 em fevereiro último, liberado e compartilhado espaços. Segundo ela relatou, recebeu  
39 contato do reitor da UFRGS, porque o IFRS encaminhou o novo convênio, porém ele disse  
40 que não poderia abrir mão das datas que estão no documento. Ela contou que na sexta-feira  
41 passada, esteve em reunião com o Alex (reitor) em Porto Alegre, que conversaram  
42 exaustivamente sobre o assunto, e ele entende que deve haver um cronograma para sair do  
43 prédio da Ramiro, com o que ela concordou que sim, que não pretendiam ficar naquele  
44 prédio indefinidamente, mas os prazos definidos por eles não eram compatíveis com o que o  
45 IFRS poderia ofertar; que ela não poderia assinar um convenio com ele afirmando que “tal  
46 data” (parece que julho) sairiam, porque não tem condições de cumprir com isso agora;  
47 poderia até cumprir antes, mas não pode se comprometer com uma data porque pode não  
48 cumprir isso e ter que sair “em setembro”. Houve então um acordo que se criaria uma  
49 comissão para acompanhar os processos, e caso não houvesse tempo hábil haveria uma  
50 justificativa dizendo “a licitação deu problema, não foi possível projeto...”, enfim, que  
51 justificaria o não compartilhamento desse prédio. A partir disso, foram negociados alguns  
52 pontos e ela pediu que fosse retirada a clausula que colocava o prazo de retirada do curso  
53 de Panificação em julho; ela relatou que nesta semana veio novamente o termo do convenio  
54 com os mesmos prazos, sem nenhuma alteração. A reitoria relatou que então encaminhou  
55 um e-mail para o reitor Alex e ele disse que não tinha condições de mexer naquilo, e ela  
56 então respondeu dizendo que iria a Brasília conversar com o secretário da Setec para dizer  
57 que essa situação não teria como ser resolvida dessa forma. Ela e o pró-reitor de pesquisa  
58 do IFRS Julio Heck foram então a Brasília no dia anterior a presente reunião, falar com o  
59 secretário Marco Antonio, da Setec sobre essa questão. Colocaram para o secretário a  
60 situação do IFRS, a reitora relatou a ele que em nenhum momento foi cobrado prazo, e que  
61 agora, do nada, vem os prazos para simplesmente fazerem desta forma; segundo ela o  
62 secretário perguntou o que precisariam, ao que ela respondeu que precisavam de uma  
63 flexibilização; conforme ela relatou, na hora o secretário pegou o telefone e ligou para o

64 Henrique Paim (secretário executivo?); disse que ele não foi muito receptivo à flexibilização;  
65 ela então ponderou ao secretário de que não poderiam abrir mão de flexibilizar os prazos, e  
66 colocou a situação para ele, inclusive do prédio do centro, da necessidade de projetos  
67 adequados às normas para trazer os laboratórios, e foi muito pontual nas questões  
68 colocadas e pediu a ele que intercedesse junto ao Henrique Paim; relatou que na noite  
69 anterior já havia uma resposta da Setec, dizendo que eles conseguiram flexibilizar, que o  
70 Henrique Paim falou com o reitor da UFRGS e então eles concordaram em flexibilizar e  
71 prorrogar isso por seis meses. A reitora colocou aos presentes que a maior preocupação  
72 dela não é sair ou não sair do prédio, o fato de desocupar o prédio da UFRGS, que ela tem  
73 um entendimento que já colocou anteriormente, mas o maior problema que ela vê é o  
74 impacto que terá nas duas comunidades, nem tanto de biblioteca, nem de RU, nem de  
75 estacionamento; mas o problema mais sério que ela considera, é acabar criando uma  
76 situação que possa vir a interromper alguns processos que vem ocorrendo com a  
77 universidade, algumas parcerias, tais como de colegas que vem desenvolvendo pesquisas  
78 junto com a UFRGS, e uma série de questões que têm que estar expostas para serem  
79 discutidas. Para a reitora, a questão extrapola a questão “a responsabilidade é de quem?”; o  
80 que é preciso é achar uma solução para o problema, para o impasse que está criado, pois  
81 afetará ambas instituições; ela não quer tensionar um problema junto com a maior instituição  
82 federal do estado. Relatou que o reitor da UFRGS entrou em contato com ela dizendo que  
83 não sabia dos problemas, mas ela colocou a situação, e que já foram 80% desocupados os  
84 espaços; pela conversa que teve com ele entendeu haver boa vontade por parte do reitor, e  
85 que ele também tem problemas de gestão, mas que ele tem que resolver e também está  
86 sendo pressionado; por isso hoje precisariam fazer um encaminhamento para ir para a  
87 reunião do CONSUP da UFRGS que ocorre amanhã, pois se passar com as datas que  
88 estão ali, vai ser pior para reverter; precisam tentar ao máximo de todas as formas ver como  
89 é que poderiam se adequar a essa situação, ou o que podem propor, já que a única posição  
90 que conseguiram flexibilizar na Setec é empurrar todos estes cronogramas por seis meses,  
91 então para a metade de 2014. Ela abriu o ponto para discussão. O conselheiro André dirigiu-  
92 se ao diretor professor Sangoi e à reitora professora Claudia e perguntou se como gestores,  
93 eles estavam tranquilos quanto a esse processo de entrega do patrimônio do IFRS e do  
94 campus Porto Alegre para a UFRGS, mesmo sabendo que existe uma legislação aprovada  
95 pelo Congresso Nacional que ampara e ainda que eventualmente no Ministério da Educação  
96 exista um outro entendimento; que nem o Ministro da Educação tem alçada para mudar uma  
97 lei aprovada no Congresso Nacional; o conselheiro mencionou que gostaria de saber como  
98 eles se sentiam com relação a isso, para entender. A reitora Claudia manifestou que  
99 confortável não seria a palavra, mas quando houve a incorporação da antiga escola técnica  
100 da UFRGS ao instituto, houve um acordo naquele momento, de que o IFRS iria sair do

101 prédio quando tivessem outro espaço. Nesse momento o conselheiro André lembrou que foi  
102 um acordo institucional entre UFRGS e IFRS, com o que a reitora concordou; e o diretor  
103 Sangoi manifestou que desse acordo nem ele nem a reitora participaram, e teria acontecido  
104 entre 2007 e 2008. A reitora Claudia esclareceu que esse tensionamento não foi só do  
105 IFRS, aconteceu em todas as escolas técnicas vinculadas que tentaram sair de  
106 universidades; quando a escola técnica decidiu fazer parte do projeto do IFRS, houve um  
107 acordo internamente no MEC, para que fosse criada uma nova instituição fora da  
108 universidade para que se criasse a cultura do próprio instituto, e eles não participaram  
109 diretamente disso; ela disse que mesmo assim não pode jogar o acordo “no lixo”, pois a  
110 gestão do IFRS de certa forma responde pelo processo; vai estourar hoje não  
111 necessariamente em quem negociou, mas em quem está na gestão, está tentando  
112 minimizar o impacto e os tensionamentos. Ela ainda reiterou que confortável não está, mas  
113 que não podem deixar de honrar acordo feito naquela época para a migração da escola para  
114 o instituto. O presidente do conselho, diretor Paulo Sangoi neste momento tomou a palavra  
115 para esclarecer, e colocou que com relação ao acordo, foi o mesmo que foi feito com  
116 relação aos servidores, que foi passado a eles (ele e a reitora) sem terem nada por escrito;  
117 relatou que quando ele o professor Júlio (Heck) assumiram a escola técnica vieram  
118 sindicatos e tudo o mais questionando, mas nunca chegou a se ter nada por escrito, porém  
119 que todos sabiam que havia este acordo; segundo ele sempre que há reunião com a  
120 UFRGS se colocam essas questões, principalmente com relação aos servidores, disseram  
121 que existe um acordo, mas todos perguntam onde é que está isso; a lei é bem clara, é  
122 fechado, “patrimônio e servidores”; segundo ele relatou foram o primeiro instituto das  
123 escolas vinculadas a fazer, tanto que os outros copiaram este convênio. O diretor afirmou  
124 ainda estar tranquilo porque, tem no seu pensamento como cidadão brasileiro que paga  
125 impostos, que na situação apresentada não há dono de nada, o dono é o Governo Federal,  
126 o povo brasileiro; o patrimônio pertence à União, e no momento que o MEC fez acordo ou se  
127 comprometeu em dar uma sede para que fosse feita toda essa transição, estão com uma  
128 sede cinco vezes maior, um patrimônio dez vezes maior, do que teriam no outro prédio. Por  
129 isso disse que como cidadão continua à vontade, visto que o patrimônio não está indo para  
130 a UFRGS, mas sim continuando no patrimônio da União; quando as pessoas comentam  
131 essa questão, ele diz que ninguém é dono de nada, tudo é da sociedade contribuinte; disse  
132 que está tranquilo, pois quem vai utilizar são servidores e alunos da UFRGS, então não  
133 veria problema nisso; o problema no momento seria outro: o tempo que teriam para  
134 desocupar o local, e que ele não abre mão disso; colocando-se como gestor, ele disse que  
135 não vai tolerar a UFRGS ditar normas, tais como o IFRS fechar cursos etc., sendo que a  
136 UFRGS teria condições de adotar outros espaços, e como gestor não vai abrir mão disso.  
137 Ele relatou ainda que deixou bem claro para o chefe de gabinete (da UFRGS) e disse que

138 não toleraria; já com relação ao patrimônio disse estar bem tranquilo, pois continua no  
139 patrimônio da União. O diretor complementou ainda que disse para a reitora que se acham  
140 que estão fazer errado, o interessante é que em quatro anos isso ainda não foi colocado  
141 para discussão no CONSUP; e que ele e a reitora vão brigar, usando todas as vias  
142 administrativas, políticas e, se for necessário, judicial, para garantir que os alunos do IFRS  
143 tenham uma transição tranquila, pois segundo ele essa é a função deles como gestores. O  
144 conselheiro André levantou que tinha uma dúvida, recordando sobre o ofício do Reitor  
145 UFRGS de cinco de dezembro último, e na sequência no dia 11 de dezembro a nota do  
146 IFRS assinada pela reitora e pelo diretor-geral do campus Porto Alegre; ele leu o trecho da  
147 nota que dizia: “[...] jamais a direção do campus se comprometeu em liberar laboratórios,  
148 fixou prazos ou fez acordo para desocupação total do prédio [...]”; e disse que isso geraria  
149 neles como conselheiros, grande dúvida em relação a isso, porque, segundo ele, mesmo em  
150 momentos anteriores a essa nota de dezembro, o conselho já discutia essa questão do  
151 prédio da Ramiro Barcelos; neste momento o presidente interrompeu dizendo que não  
152 houve discussão formal nesse sentido, que o conselho de campus não teria autonomia para  
153 isso; o conselheiro André retificou sua fala reiterando que já se discutia sobre o tema. O  
154 presidente colocou que o fórum competente para isso é o Conselho Superior, e mencionou  
155 não estar entendendo aonde o conselheiro André queria chegar, e que ele estaria tentando  
156 trocar o foco da questão; colocou que foco no momento não é a propriedade e a titularidade  
157 do imóvel; se quiserem discutir isso discutiriam se problema, e levariam para o Conselho  
158 Superior, só que no momento era preciso discutir algo que iria entrar em pauta no dia  
159 seguinte para o Conselho Superior da UFRGS; se fossem discutir outra coisa iriam levar  
160 para outro caminho, e trocar o foco tomaria a tarde toda. O conselheiro André colocou que a  
161 idéia não é tirar o foco, mas entender como se chegou nessa situação, onde há um  
162 calendário de desocupação do prédio, onde funcionam quatro cursos da instituição; porque  
163 essa discussão já estava neste conselho de campus antes mesmo de dezembro; segundo o  
164 conselheiro, na reunião de 31 de outubro de 2010 o presidente em exercício do Conselho de  
165 campus disse que “nós, enquanto campus do instituto federal, estamos negociando direto  
166 com o reitor da UFRGS, a terceira maior universidade do país; isto é muito desigual, é  
167 desproporcional”; então essa negociação já vinha acontecendo, por esses relatos. A reitora  
168 Cláudia retomou a palavra e colocou que isso foi uma questão que ela levou na reunião do  
169 dia anterior na Setec em Brasília, que essa negociação que aconteceu nos anos anteriores,  
170 na verdade foi uma negociação de termo aditivo, e há um convenio que foi firmado lá atrás;  
171 se isso for resgatado é possível ver que em nenhum momento havia qualquer tipo de  
172 cronograma para desocupação; ela solicitou que ficasse claro que nunca houve da parte do  
173 IFRS e nem da UFRGS algum tipo de tempo para sair; ela relatou que disse na reunião ao  
174 secretário (da Setec), que quando ele ligou para o Henrique (Paim) ele disse “mas vocês

175 tem o prédio, vocês tem como sair de lá, mas vocês tem como ir”, ao que ela respondeu que  
176 nunca havia sido dado prazo como está sendo feito agora, e o prazo que está sendo dado é  
177 inexecutável para o IFRS; não estão dizendo que não vão fazer, mas que o prazo não é  
178 possível de atender. Ela voltou a reforçar fala inicial, e disse que se houve algum percalço,  
179 algum mal-entendido, ou problema de comunicação no caminho, algum tipo de  
180 encaminhamento que não tenha sido o mais adequado, ela assumia um mea culpa, como  
181 gestora, porque deixaram muito aberto à possibilidade da UFRGS fazer isso, tomar conta da  
182 situação, e não o contrário; se o IFRS tivesse dito desde o início e colocado os prazos  
183 primeiro, talvez a situação seria diferente; talvez tenham cometido algum equívoco no  
184 sentido de sinalizar para a UFRGS; ela disse achar que o que foi sinalizado é que o IFRS  
185 não irá sair do prédio. A reitora esclareceu que essa leitura é pessoal, que ela faz, que não  
186 foi dito em nenhum lugar, que deve ter havido o entendimento de que a UFRGS não vê  
187 sinalização de que vão sair do prédio. Ela se dirigiu aos conselheiros esclarecendo que isso  
188 não quer dizer que tenham que fazer de qualquer jeito; disse que falou ao secretário e ao  
189 reitor da UFRGS, no sentido de que o prédio do Centro precisa de adaptações para receber  
190 os laboratórios, que não podem ser feitas simplesmente da noite para o dia. Ela considera  
191 que tem que se trabalhar na perspectiva de minimizar a situação, o que significa fazer algum  
192 tipo de encaminhamento que permita resolver o impasse; disse aceitar a crítica do  
193 conselheiro, considera que houve alguma falha em algum momento no encaminhamento  
194 com a UFRGS, talvez até por inexperiência, e talvez tenha sido um dos equívocos se  
195 posicionarem menores que UFRGS; estão enfrentando uma universidade grande, que tem  
196 uma relação direta com o secretário executivo em Brasília e isso tem impacto direto no  
197 Instituto como um todo; as coisas que chegam no MEC chegam antes do IFRS, e conforme  
198 a reitora, na reunião de ontem eles viram que a situação não é como a UFRGS apresenta,  
199 pois ela mostrou os números do IFRS ao secretário. Então a preocupação sincera dela é  
200 essa, a de poderem tirar um encaminhamento no sentido de não serem “criadores de caso”,  
201 sem fragilizar a instituição, e encontrar uma forma de minimizar a situação. A conselheira  
202 Juliana manifestou-se com relação a ideia do reitor da UFRGS de adiar em seis meses na  
203 verdade não adianta muito, e questionou como iriam fazer, ou como não colocar essa data  
204 no convenio. A reitora Claudia esclareceu que não tem como não ter data no convenio, e o  
205 que puderem vão negociar, fazer o esforço possível, e se não conseguirem cumprir os  
206 prazos vão ter que justificar, e ter justificativas fortes; disse que colocou para o Alex (reitor  
207 da UFRGS) que, como ele é gestor também, saberia como funciona processos de licitação,  
208 que, por exemplo, se der problema na planilha orçamentaria dá licitação nula e atrasa o  
209 processo em quatro meses; e que teria dito em nesse caso então estaria justificado, e fariam  
210 a justificativa que atrasou por esse motivo; ela disse que o que parece é que ele quer um  
211 comprometimento do IFRS, porque ele diz que ouve dizerem algo do tipo “quero ver vocês

212 nos tirarem daqui”; em do lado do IFRS comentam que só falta serem expulsos de lá; na  
213 visão dela a base está tensionada; disse ela ainda que colocou na reunião com a UFRGS  
214 que se trabalhe para minimizar o conflito na base, porque esse tipo de coisa que chega para  
215 resolverem é um problema que poderia ter sido resolvido e minimizado nas instancias  
216 inferiores; mas não há contribuição para isso e fica nesse jogo de um ligar para o outro,  
217 conversas de corredor, e quando o assunto chega em cima já está muito tensionado e  
218 ninguém tem condições de ceder de ambos os lados; e essa é a situação em que se  
219 encontram hoje. A conselheira Adriana tomou a palavra, dizendo que iria tentar lembrar de  
220 algumas coisas, e relatou que participou do processo, mas não da gestão, então não  
221 saberia dos detalhes, mas quando o IF foi criado pela lei, por mais que esta dissesse que  
222 era “porteira fechada” e todo patrimônio e servidores passariam a constituir os novos  
223 institutos, houve efetivamente uma negociação, os servidores tiveram a opção para “voltar”  
224 para a UFRGS, e não “ir” para o IFRS, portanto nessa ótica já eram do IFRS; segundo ela  
225 percebeu os debates sobre o prédio surgiram quando 80 por cento das atividades do  
226 campus vieram para o prédio do centro, e ficaram alguns cursos lá na Ramiro quando  
227 descobriram que não era possível terem alguns laboratórios no prédio novo. Então aí se  
228 iniciou um longo processo interno de construção de uma alternativa, não por serem  
229 apegados ao prédio da Ramiro, mas sob o ponto de vista de uma alternativa viável para os  
230 alunos e servidores, que iriam passar o tempo trabalhando lá, e sob o ponto de vista da  
231 segurança também; tem a preocupação desde sempre com a segurança dos alunos e dos  
232 servidores, e por isso que esse processo demorou, não porque eram apegados ao prédio da  
233 Ramiro; referente à segurança dos laboratórios, queriam ter garantia de que isso estivesse  
234 tudo certo no novo prédio; tiveram longos momentos de debate com o setor de infraestrutura  
235 e as arquitetas, muitas reuniões; em momento algum disseram que não queriam vir para a  
236 nova sede; lembrou que houve licitação cancelada e tiveram até que devolver dinheiro, além  
237 de outras coisas; e de lá para cá tiveram que compartilhar espaços, e a maioria dos  
238 servidores da Ramiro concordaram em compartilhar os espaços pensando nos alunos, pois  
239 se não poderiam entrar em conflito com a universidade, o que teria muita repercussão, e por  
240 isso pensaram nos alunos; segundo Adriana foram entregues os melhores laboratórios para  
241 UFRGS, e agora são os “inquilinos indesejados”. Conforme ela relatou há um tensionamento  
242 mesmo nas pequenas coisas; a universidade está gerindo o prédio agora e eles fazem a  
243 gestão efetivamente como se o fosse deles e o pessoal do IFRS seria um “estorvo”, e todos  
244 tem que relevar; então quando recebem um documento como esse que diz que no dia 31 de  
245 julho todos os gabinetes de professores, mais salas de aula, biblioteca e laboratório de  
246 panificação e confeitaria, vão ter que desocupar, na visão dela estão dizendo que três  
247 cursos vão fechar. Ela relatou ainda que tem outras questões que se colocam com a  
248 desocupação dos laboratórios, é que muito do que tinha lá foi realocado em outras salas,

249 como equipamentos e sobras de material e vidrarias, e que se forem liberadas essas salas  
250 não tem onde colocar esse material; para ela o que assusta é não ter a perspectiva, de  
251 como será a nova casa, novos laboratórios; pois ainda não tiveram acesso a laudos sobre  
252 os laboratórios e ao edital de licitação; a falta de informação aliada a datas e falta de  
253 perspectiva deixam todos assustados; então ela questionou se o prazo que está descrito no  
254 convenio não dá, qual seria a proposta da gestão do IFRS com relação à resolução da  
255 questão que se coloca, e às obras, qual seria o plano de ação. A reitora Claudia solicitou a  
256 confirmação da informação de que o projeto do laboratório do curso de Panificação e  
257 Confeitaria já estava pronto. O conselheiro André colocou que o edital foi lançado no final do  
258 ano passado e deu problema; que o que sabia haveria sido dito em reunião de conselho,  
259 que a previsão era que, a partir da contratação de empresa, o prazo era de um ano. A reitora  
260 questionou solicitando confirmação ao diretor Sangoi. Ele esclareceu relatando um breve  
261 histórico dos acontecimentos. Ele relatou que estava viajando em fevereiro quando o  
262 professor Claudio Farias ligou para ele, falando que a UFRGS havia trancado o acesso à  
263 biblioteca e ao RU, e também havia recebido um e-mail do gabinete do reitor da UFRGS  
264 dizendo que não seria mais feito aditivo, mas sim novo convênio; sendo que ele havia  
265 recebido um e-mail do gabinete, depois da reunião que haviam feito ele e a reitora com o  
266 reitor da UFRGS em janeiro, que seria feito o aditivo; e mostrou o e-mail comprovando. Por  
267 isso ele questionou por e-mail, com cópia para a reitora, do por que não estava sendo  
268 obedecido o que foi combinado, e eles responderam que queriam nova reunião, a ser  
269 marcada com o Dr. Opperman (Rui Opperman, vice-reitor da UFRGS) e o chefe de  
270 gabinete; disseram que não, pois já tinham feito uma reunião com o reitor e decidido tudo; e  
271 o que ele determinou com o professor Claudio, foi “trancar tudo”; e a reitora recebeu a  
272 comunicação do Claudio no dia 25 de janeiro que era para trancar toda e qualquer transição,  
273 porque se eles (UFRGS) não cumprem o IFRS também não iria cumprir. Conforme o diretor  
274 Sangoi essa foi a posição, não foi entregar nem compartilhar; era de que se houvesse  
275 acordo entre as duas instituições federais que devem se respeitar. Ele continuou o relato  
276 dizendo que aconteceu que nesse meio tempo, o Alex (reitor) entrou em contato com a  
277 reitora e disse que seria cumprido o combinado; e a reitora determinou o prosseguimento;  
278 ele lamentou que as coisas não estão sendo cumpridas. O diretor afirmou querer deixar  
279 claro que nunca foi a favor de compartilhar e de fazer desocupação de laboratório enquanto  
280 não estiver pronto; o que parece que está sendo colocado é que iriam fazer isso de qualquer  
281 forma, e não é, pois ele foi contra, é contra e será contra sempre que houver prejuízo para o  
282 IFRS. O que fizeram todo o tempo foi entregar quando fosse possível, na reunião houve até  
283 um atrito com o chefe de gabinete do reitor, que disse que deveriam entregar porque o reitor  
284 queria; e ele, diretor, disse que não e que iria fazer somente quando tivesse condições, e  
285 não quando eles quisessem; e essa é a posição dele como diretor, mesmo quando algumas



286 pessoas querem colocar palavras não ditas, o que ele e a reitora estão sentido por parte de  
287 algumas pessoas da universidade. Assim ele reafirmou que a posição da reitora e desta  
288 direção é de tranquilidade, e que se for possível compartilham, se não, não compartilham, e  
289 se for possível, desocupam, ou não. Ele colocou que o intuito da presente reunião é apenas  
290 que este conselho entendesse o que significa dizer não e sim; se concordarem com os seis  
291 meses, vão prorrogar por mais seis meses; o que continua valendo é cronograma que  
292 fizeram das obras; os projetos estão com a empresa que pegaram numa carona e atende  
293 muito mal; já está sendo penalizada; fizeram a licitação e no momento a partir da assinatura  
294 do contrato para as obras o prazo é de 12 meses para execução e conclusão da obra. Ele  
295 colocou que a UFRGS está no papel de pressionar, mas cabe ao IFRS concordar ou não, se  
296 vão fixar esse prazo de seis meses; mas já sabem que não vai ser cumprido nos prazos  
297 deles e essa é a realidade; no momento que estiver cada obra pronta, tal local será  
298 transferido. O que podem fazer é não prometer, mas como foi feito até hoje; mas se tiverem  
299 que assumir qualquer coisa no sentido de contar prazo, ele disse que não assume, pois  
300 depois será cobrado; disse que deixou claro para a reitora e para pró-reitor Julio que o prazo  
301 mais tranquilo seria 2015, o que foi passado, mas a UFRGS não aceitou; novamente quis  
302 deixar clara a posição dele como diretor do campus, a de que não concordou que  
303 continuassem com a desocupação no momento que a UFRGS não quis assinar o contrato;  
304 então pediu para trancar tudo. O diretor ainda manifestou que na opinião dele tem que ter  
305 meios de pressão, e um deles é manter os laboratórios; mas todos tem que saber as  
306 consequências de brigar com a universidade; a decisão a ser tomada nesse conselho será  
307 acolhida por eles; se o conselho decidir que não assinem o convenio, não assinam, e vice-  
308 versa, mas tem as consequências; segundo ele há ainda um caminho político de se traçar,  
309 mas se quiserem radicalizar, vão fazer; se precisar brigar na justiça pelo prédio, apesar de  
310 que não há possibilidade clara disso, pois são entidades públicas. Enfim ele expos que a  
311 proposta desta reunião é que haja uma discussão única, que se vão assinar o convenio com  
312 prazos, ou estabelecer outro prazo e de que forma esse convenio pode ser executado; a  
313 opinião dele é não ter prazo estipulado, que o contrato deve ser renovado sem prazo de  
314 desocupação, e sempre renovado ou com o prazo de 2015; como foi feita a proposta ao  
315 reitor da UFRGS e que não aceitou; como o objetivo é não ter prazo e a UFRGS não  
316 aceitou, criou-se o impasse; então por isso trouxeram para que o conselho decida a situação  
317 a ser admitida. O conselheiro Evandro colocou que problema foi exposto, que havia o  
318 impasse, e perguntou se o CONSUN (conselho superior da UFRGS) seria determinante  
319 nisso. O presidente esclareceu que o CONSUN iria aprovar ou não, o convênio com prazo  
320 ou não. A reitora Claudia acrescentou que pela manhã havia passado uma mensagem para  
321 o secretário Marco Antonio da Setec agradecendo a intervenção dele junto ao secretário  
322 Henrique Paim, pois bem ou mal ele fez a gestão e conseguiu a flexibilização de prazo, e ela

323 acha que isso é uma coisa positiva, e ele perguntou para ela se houve desdobramentos, e  
324 ela ficou de passar para ele as informações, o encaminhamento; ela disse ter obrigação de  
325 se reportar a ele o que for encaminhado na reunião para mantê-lo informado também em  
326 função do ele auxiliou e intermédio que fez, então tem que dar retorno a ele. O conselheiro  
327 Evandro concordou com ela, mas a dúvida dele era que tipo de encaminhamento ou decisão  
328 que eles teriam que pudesse contemplar isso tudo. O presidente Sangoi esclareceu que na  
329 reunião feita entre ele, a reitora e os dois, foi colocado e solicitado, e que foi cumprido pelo  
330 IFRS, para resolver o problema imediato da UFRGS, era o compartilhamento dos  
331 laboratório, foi o tratado, e isso que cumpriram; não foi estipulado desocupação de  
332 gabinetes, prazo para isso, nada; foram pegos de surpresa quando vieram prazos, por isso  
333 se refere novamente que cumpriram com o que pediram; foi exaustivo entrar num consenso,  
334 mas dentro disso mudaram as regras, porque na realidade ia se renovar o aditivo, conforme  
335 e-mail do gabinete do reitor que confirma isso, e os aditivos não constavam nenhum prazo.  
336 O conselheiro Cesar manifestou que essa minuta de convenio já não vale mais, pois as  
337 datas já passaram seis meses; dentro dele tem a parte da clausula seis, que envolveria uma  
338 equipe; ele comentou que a reitora também nota que o Alex (reitor da UFRGS) teria a  
339 intenção de mandá-los embora; mas ele está no meio de um termo que está recebendo  
340 pressão, assim como de todo lado; então frente a isso ele considera que se faz esse  
341 convenio com prazos para frente, e como foi dito que com o acompanhamento dessa  
342 comissão, se deu problema com a licitação, tem como dizer que não dá pra fazer a  
343 mudança em função de que isso travou, porque tem três membros do instituto e três da  
344 Ufrgs que vão estar acompanhando, esse pessoal pode ficar informado do andamento  
345 disso; se tem a comissão para controlar isso, vai justificar se algo trancar; e todos sabem  
346 que processo de licitação já é complicado, e sendo de obra é pior ainda; então, jogando isso  
347 para frente, deixariam correr; se der um problema, começa-se outra discussão; porque na  
348 opinião dele a Ufrgs não seria capaz de chegar e dizer que ninguém mais entra no prédio;  
349 então o negócio seria trocar os prazos e ir se levando, negociando politicamente; pois  
350 simplesmente tirar tudo e não ir pro CONSUN os cortes seriam maiores por parte da Ufrgs.  
351 A reitora Claudia concordou que o Cesar teria razão nas suas colocações; que essa é uma  
352 negociação em que foram colocadas algumas cláusulas que garantem a negociação  
353 política; quais sejam a: a criação da comissão de acompanhamento, que vai garantir, o que  
354 pode e o que não pode; ela comentou que sentiu que o que eles querem é um compromisso  
355 formal do instituto, dizendo que vão sair do prédio; ela disse que foi chamada para esse  
356 processo como gestora máxima do IFRS, e foi cobrada disso aqui e no MEC também;  
357 colocou que está no conselho neste momento trazendo esta questão, dividindo as  
358 angústias, pois ela poderia ter simplesmente assinado convênio; reiterou que podem ter  
359 havido equívocos, falhas, mas agora estão aqui e têm que corrigir esse processo; ela

360 afirmou não ver alternativa a não ser protelar as datas seis meses para frente e assinar o  
361 convenio; porque um compartilhamento destes sem um convenio é difícil de ter controle; não  
362 tem como justificar sem convenio, nem a Ufrgs nem o IFRS. O quer se como instituto é que  
363 o instituto trabalhe todo junto, dentro das condições adequadas; no ponto de vista dela têm  
364 que haver um comprometimento e cronograma, e não dá para fugir disso; se tiverem que  
365 não cumprir o cronograma, que se justifique; mas é preciso demonstrar que estão  
366 comprometidos, pois no entendimento da Ufrgs não havia comprometimento do IFRS em  
367 sair do prédio. O diretor Sangoi comentou que o reitor da Ufrgs disse ouvir que o pessoal da  
368 Ramiro que não está querendo sair, é o que vem para eles da UFRGS; o diretor e a reitora  
369 colocaram para o reitor na reunião que isso não é verdade, que nunca foi colocado isso nem  
370 pelo pessoal da Ramiro e nem da gestão; Sangoi afirmou que é isso que eles colocam, que  
371 ouviriam isso, o que não é verdade; mas entre o reitor ouvir das pessoas da confiança dele  
372 e ouvir do IFRS, esse é o impasse a que se chegou. A conselheira Claudia W.  
373 complementou que fez parte da comissão de compartilhamento, onde ouviu que se a aquela  
374 comissão não fizesse alguma coisa o RU e a biblioteca (da Ufrgs) seriam cortados; relatou  
375 que tentaram um acordo pensando nos alunos dos quatro cursos que estão lá, e da Ufrgs  
376 também; entretanto, imaginando que se chegue num encaminhamento na presente reunião,  
377 solicitou que alguém da direção, ou da reitoria do IFRS estivesse com um gabinete lá; pois  
378 relatou sobre o tratamento que os funcionários da UFRGS dão a eles; que quando chegam  
379 no estacionamento, eles não abrem a porta; na sala de aula não tem luz, entre outros  
380 problemas; e quando isso ocorre não têm a quem recorrer, de imediato, por isso precisam  
381 de alguém lá que presencie os problemas; relatou que o reitor passa uma vez por semana  
382 pelo prédio, que já teria tudo anotado onde vai ser o quê, da parte da UFRGS; então na  
383 opinião dela a única solução para manter relação pacífica até o cumprimento dos prazos  
384 seria ter alguém da gestão do IFRS presente lá. A conselheira Adriana acrescentou que  
385 tiveram a informação de que dia 31 de março a biblioteca na Ramiro vai fechar, porque eles  
386 (UFRGS) precisam da sala. Colegas manifestaram que a UFRGS está fazendo "terrorismo".  
387 Douglas colocou q na reunião do Concamp do dia 31 de outubro de 2012, o professor  
388 Claudio Farias, que presidiu a reunião naquela data, ao ser questionado pela conselheira  
389 Susinara em relação a cedência de espaços na Ramiro, falou que seria sincero e que  
390 algumas coisas teriam que ser cedidas à UFRGS. O conselheiro disse que acompanhou a  
391 mudança do curso de Química hoje e que tudo que havia para ser compartilhado foi feito, e  
392 não haveria mais nada a se compartilhado, senão inviabiliza os quatro cursos. Ele colocou  
393 que esse convenio para valer precisa ser assinado, por ambas as partes, que precisam  
394 estar de acordo; por isso questiona, se este Conselho definir que devem assinar o termo  
395 sem datas, com um novo cronograma, e isso for para o CONSUP da Ufrgs e eles tiverem  
396 um outro encaminhamento com relação a isso, vai continuar o impasse; qual será a solução

397 para isso? A reitora Claudia disse que nesse caso não veria alternativa senão a judicial, ou  
398 conforme o diretor Sangoi, passar para o MEC decidir. O conselheiro Yuri disse ter  
399 percebido nos relatos até então, que há um discurso feito com a UFRGS entre seus  
400 funcionários diferente do que fazem com os gestores do IFRS. Sugeriu que sejam trazidas  
401 para as reuniões, as informações de quem falou o que, e para quem. A reitora Claudia  
402 manifestou sobre isso que na reunião que fez com o reitor da Ufrgs, ele cobrou que teriam  
403 sido negociadas datas, em novembro, mas ela o questionou quem haveria negociado; ao  
404 que ele respondeu meio desconversado, que não sabia, pois não tinha nem ata; por isso ela  
405 considera que a orientação tem que ser mesmo no sentido colocado pelo conselheiro Yuri,  
406 de saberem quem está dizendo o que, quem está à frente do processo; ela afirmou que age  
407 sempre de forma transparente e tranqüila e pressupõe que os outros façam o mesmo;  
408 porém, segundo ela todas as vezes que contatou o reitor ele foi solícito, disposto a ajudar, e  
409 a única coisa é que não poderia ceder nas datas, mas agora parece que houve o acordo  
410 com o secretário executivo (Henrique Paim) no sentido de ceder um pouco nas datas; mas  
411 ela ressalta que o restante não sabe o que acontece nos “bastidores”, até porque não  
412 conhece muito, as pessoas que trabalham com o reitor, somente ele. O conselheiro André  
413 colocou que a entrega do prédio é certa, e o que está sendo discutido agora são prazos;  
414 observou não ter entendido a negociação feita na formação do IFRS, mas diante do quadro  
415 atual, no lugar de propor defasagem de seis meses no cronograma, já sabendo que isso não  
416 vai atender porque não há verba disponível ainda em função da recente aprovação do  
417 orçamento no Senado, e também não tem licitação acontecendo ainda, e sabem que em  
418 janeiro de 2014 nem a Panificação e Confeitaria, que teria um projeto mais tranquilo já  
419 elaborado, não vai estar com as obras prontas; disse que para ele não parece que defasar  
420 isso em seis meses seja a melhor hipótese. O conselheiro distribuiu uma cópia de uma  
421 proposta redigida por ele para cada os conselheiros analisarem, assim a sugestão dele foi  
422 que se pudesse estabelecer nessa proposta um outro enfoque; a ideia é estabelecer prazo e  
423 ter um documento para ser assinado; se a preocupação do reitor da Ufrgs é sincera em ter  
424 algo que garanta que o IFRS vai sair do prédio, este seria um documento para isso,  
425 assinado pela reitora do IFRS e pelo direto do campus Porto Alegre; pois na cláusula quarta  
426 estabelece um prazo, de 31 de julho de 2013, para que a comissão de alto nível a ser  
427 criada, entre as duas instituições, elabore um cronograma de desocupação definitiva do  
428 prédio; por que aí com os dados todos que terão a respeito de disponibilidade de verba,  
429 editais de licitação já finalizados, vão poder apontar um horizonte exequível para que essas  
430 obras sejam feitas no prédio da Coronel Vicente e que os quatro cursos que estão no  
431 momento na Ramiro possam ser transferidos para este espaço físico. A ideia central é essa,  
432 se precisa de um documento assinado para o reitor Carlos Alexandre acreditar que o IFRS  
433 aceita sair do prédio, então se faça um documento assinado; porém fazer um cronograma

434 respeitando todas as etapas de elaboração desse cronograma, não apenas jogando datas  
435 que se sabe de antemão que não serão cumpridas; dar este prazo para elaborar o  
436 cronograma significa que efetivamente vão poder acompanhar a questão de edital, contratar  
437 a empresa a com esta contratada, saber qual o prazo de execução da obra; hoje não há  
438 isso, visto que o edital do ano passado foi anulado; portanto o que precisam é trabalhar num  
439 cronograma estabelecendo prazos para cumprir; no documento proposto estão dizendo que  
440 vai ter uma data de desocupação, mas que não está definida, o que vai depender do  
441 trabalho das duas instituições e o cronograma acompanhado por elas; enquanto isso todo o  
442 restante do contrato de parceria fica mantido; enfim, precisam ter a segurança de que os  
443 quatro cursos que estão na Ramiro vão ser transferidos, não para um local provisório, mas  
444 para seu espaço definitivo, no prédio do Centro, e pra isso precisam de um cronograma e  
445 editais sendo lançados. A reitora Claudia manifestou ter entendido a proposta do  
446 conselheiro André, porém esclareceu essa foi a primeira proposta feita na reunião com a  
447 UFRGS e não foi aceito, só não havia colocado a data de 31 de julho; ela observou que  
448 mesmo que apresente isso, se assine qualquer termo de convenio, não será possível fugir  
449 da proposta de estabelecer cronograma, prazos colocados; disse a proposta de apresentar  
450 o cronograma até 31 de julho ele não vai aceitar, nem o MEC; e que ela pode até levar, mas  
451 não sabe se vai passar. A conselheira Adriana colocou que no item B da cláusula quatro,  
452 não adianta dizer que vão ter dois momentos; que num momento vão fazer tal coisa e no  
453 outro vão sair totalmente; pois o primeiro momento em que vão entregar mais uma coisa já  
454 vai representar a inviabilização de três cursos; então essa data, por mais que se prorogue  
455 seis meses, não resolve. A reitora Claudia explicou que pediu isso para eles na mesa de  
456 reunião, que retirassem a data de 31 de julho do convênio, pois chamaria muita atenção,  
457 mas eles não tiraram; a reitora disse que tudo o que os conselheiros falaram na presente  
458 reunião ela colocou na reunião com a Ufrgs, mesmo tendo colocado que não é factível, e  
459 não daria para cumprir com aquelas datas, e todos os outros argumentos levantados; mas  
460 ela não vê alternativa, pois o impasse que ficou é, ou se encaminha a prorrogação, ou um  
461 cronograma que já será defasado, ou não se assina. O conselheiro André solicitou  
462 permissão para argumentar, e colocou que, se olhassem a minuta original do contrato, na  
463 clausula um, fala que o espaço físico do prédio, nº 22202, quarteirão dois do campus da  
464 Saúde da UFRGS; e que na minuta da proposta feita por ele, corrige isso colocando que o  
465 prédio é do IFRS; e cita o artigo 17 da lei 11.892/2008; estaria mais do que claro que no  
466 texto, se a preocupação do reitor Carlos Alexandre é ter um documento formal dizendo que  
467 o IFRS vai sair do prédio, nessa proposta é literal, tem prazo muito claro para definir qual é  
468 cronograma para isso; no ponto de vista dele a outra proposta não tem como ser votada;  
469 pode ser assinada, mas não haveria como votar. O diretor Sangoi argumentou, porque  
470 então não encaminham ao CONSUP a discussão sobre a titularidade do imóvel. A reitora

471 Claudia manifestou que no momento que essa discussão sobre a titularidade do imóvel seja  
472 encaminhada ao CONSUP, ela se retira da negociação com o reitor, porque não há margem  
473 de negociação; ela foi até o máximo onde poderia ir como gestora; no momento em que for  
474 para o CONSUP, ela não se sentiria mais hábil para negociar com o reitor e ficariam sujeitos  
475 a todos os tipos de consequências. O conselheiro Douglas lembrou que na nota de  
476 esclarecimento de 11 de dezembro, assinada pela reitora e pelo diretor-geral, consta "...  
477 portanto, de acordo com a lei 11.892/2008, o prédio da ex-escola técnica da UFRGS  
478 pertence ao patrimônio do IFRS...". A reitora complementou que é uma questão legal e  
479 jurídica. O diretor Sangoi pronunciou que essa é a proposta de encaminhamento que ele e a  
480 reitora estão dando; ou se chega num acordo para chegar ao consenso da proposta a  
481 encaminhar ou vai para discussão a titularidade do imóvel no CONSUP; chegou no limite da  
482 negociação. Se for dito que não vai ser feito nada com esse documento, vão obedecer ao  
483 que o Conselho decidir, porém obrigatoriamente vão ter que partir para a discussão da  
484 titularidade do imóvel. A reitora Claudia expôs que na avaliação dela, discutir a titularidade  
485 neste momento não seria inteligente, pois já deveria ter sido feito há tempos atrás e não foi;  
486 resgatando a proposta do André, que seria estabelecer um cronograma para a desocupação  
487 e apresentar à Ufrgs até 31 de julho; ela colocou que fez essa proposta e ela não foi aceita;  
488 disse que anexariam no termo de convenio o cronograma; e não foi aceito, só conseguiram  
489 prorrogar por seis meses; a proposta dela agora então é prorrogar os prazos em seis  
490 meses, assinar, anexaria o cronograma, além de colocar o relatório com o levantamento de  
491 desocupação junto; ou o Conselho delibera por não aprovar os termos ou as datas, aceita o  
492 cronograma disposto nesse convenio ou se vai para o embate. O conselheiro André insistiu  
493 que deveria haver uma construção, e argumentou defendendo sua proposta; a conselheira  
494 Adriana colocou que o que está na atual proposta de convênio, na clausula B, inviabilizaria  
495 três cursos que estão na Ramiro; André sugeriu jogar tudo para o meio do ano e aí sim seria  
496 elaborado um cronograma na comissão de alto nível, para poder viabilizar; a reitora  
497 concordou dizendo que isso tudo seria possível de colocar no papel, mas entende que  
498 tenham que deixar isso claro; disse que pensaram numa proposta que seria adequar, que  
499 todos os espaços seriam desocupados até 31 de julho, e acrescentar num parágrafo único a  
500 questão da estruturação do cronograma que fica a cargo da comissão. A seguir o  
501 conselheiro André retomou a discussão sobre a titularidade do prédio, colocando que a  
502 reitora e o diretor-geral se quisessem já teriam levado ao CONSUP essa discussão; o diretor  
503 Sangoi afirmou que nunca quis discutir isso, pois para ele o prédio é da UFRGS, portanto  
504 não era de seu interesse levantar isso no CONSUP, e solicitou deixar registrado nesta ata  
505 que ele, Paulo Roberto Sangoi, não vai discutir com a Ufrgs a titularidade do prédio da  
506 Ramiro; disse que já deixou isso claro para a reitora do IFRS e ao reitor da Ufrgs que ele  
507 entende o prédio é da Ufrgs, porque houve uma construção política, que não sabe quem fez,

508 e o MEC cumpriu com a parte dele e o IFRS com a parte de buscar este prédio; disse que  
509 ele não levaria ao CONSUP, mas que qualquer um dos conselheiros poderia levar o assunto  
510 se quisessem; a discussão prosseguiu por um tempo com ânimos exaltados. A conselheira  
511 Adriana interrompeu dizendo que era preciso dar encaminhamento; a sugestão seria tentar  
512 construir essa proposta, apresentar formalmente à UFRGS e solicitar que eles  
513 respondessem formalmente também; é preciso criar registros, para fazer um relatório de  
514 toda esta situação, de tudo o que negociaram e cederam para a universidade neste período  
515 e da negativa deles, pois no momento a Ufrgs somente nega; assim têm argumento político  
516 para apresentar ao MEC, que é aonde vai parar; por isso a necessidade de acrescentar uma  
517 proposta que seja viável para o IFRS, pois mais uma vez irão ceder a uma data a qual não  
518 estão preparados para cumprir, e Ufrgs terá que dizer não novamente, mas por escrito. A  
519 reitora Claudia disse concordar e que poderiam então redigir uma proposta, no sentido de  
520 que os espaços ocupados pelo IFRS serão desocupados até dia 31 de julho de 2014  
521 mediante apresentação de cronograma a ser apresentado à comissão que acompanhará o  
522 processo; ela questionou aos conselheiros se isso estaria a contento e todos concordaram  
523 que sim. Os conselheiros Douglas e André argumentaram que teria que ser modificada a  
524 cláusula primeira da minuta do convenio, quanto à referência de propriedade do prédio e  
525 endereço do mesmo; Cesar defendeu que não seria necessário, pois não vai fazer diferença  
526 nesse documento, é discussão para outra instância, caso não seja aceito este documento; a  
527 discussão sobre o assunto prosseguiu por mais um tempo; a reitora Claudia então procedeu  
528 a leitura da minuta original e considerou que não teria porque alterar, e no texto não dizem  
529 que não é do IFRS, não questionam a titularidade; ela manifestou não querer discutir  
530 titularidade neste momento, pois não vai resolver; citou que a nota de esclarecimento  
531 publicada em dezembro último foi necessária naquele momento de reafirmação, porque a  
532 situação estava fugindo ao controle; sugere que poderiam trabalhar nesta perspectiva de  
533 jogar para julho, trabalhar na questão do cronograma; ressaltou a importância do relato  
534 trazido pela conselheira Claudia sobre as ocorrências no prédio da Ramiro, pois muitas  
535 vezes como gestores não acompanham as questões de dia-a-dia, como os professores  
536 acompanham; citou que a primeira vez que o reitor Alex ligou para ela em função do  
537 tensionamento que houve nessa questão da mudança, ela perguntou a ele se isso tinha  
538 impacto para o campus, e porque o pessoal teria cortado a mudança se isso não tem  
539 impacto para o campus, e não havia entendido; ele disse que não tinha nenhum; quando ela  
540 ligou para o campus Porto Alegre para saber o que tinha acontecido, foi relatada a questão  
541 do RU e da biblioteca, que ela repassou ao reitor um e-mail dizendo que havia conversado  
542 com o pessoal do campus e que manteriam o que foi acordado, mas que os alunos estavam  
543 sem RU e sem biblioteca, portanto precisavam reatar isso; relatou que logo em seguida  
544 recebeu a informação sobre o bloqueio do estacionamento aos servidores do IFRS e outra

545 informação que repassou diretamente para Alex, novamente reafirmando a questão. A  
546 reitora mencionou que essas questões são importantes; como ela na reitoria fica distante da  
547 realidade dos campi, fica difícil presenciar e relatar o que ocorre; por isso é importante que  
548 os servidores mantenham-na informada e atualizada permanentemente sobre as situações  
549 que acontecem no campus, até para que possam argumentar depois, e lembrou novamente  
550 o que aconteceu quando ela falou na reunião em Brasília, que a primeira resposta que o  
551 Henrique Paim disse foi que o IFRS sabia que teriam que sair do prédio, e então o  
552 secretário disse para ele que tinham outras obras e que não era bem assim, e pediu que ele  
553 negociasse algo com Alex; em seguida ela repassou para ele a informação de que o IFRS já  
554 tinha desocupado 80% do prédio, e o Paim então disse que se era assim então a situação  
555 mudava de figura; por isso essas questões são importantes de saber num momento de  
556 negociação. A reitora se colocou à disposição e que o pró-reitor Julio é que iria acompanhar  
557 o andamento disso diretamente, pois ela se comprometeu com a UFRGS que vai  
558 acompanhar tudo isso; é muito importante ter relatos dessa natureza, precisam se antecipar  
559 às questões; entende que seria muito ruim para ambas instituições criar um embate. A  
560 conselheira Juliana manifestou com relação à sugestão do colega André, sobre trocar a  
561 localização do prédio no texto para o IFRS, considera interessante e sugeriu tirar da  
562 cláusula primeira que o prédio não é nem do IFRS nem da Ufrgs, tirando o final da frase  
563 sugerida na minuta proposta pelo conselheiro e deixando somente o endereço; ela também  
564 considerou que o convenio parece bastante unilateral, sendo os benefícios quase todos da  
565 Ufrgs, inclusive falando em ressarcimento dos serviços oferecidos pela universidade. O  
566 diretor Sangoi comentou que na visão dele, se o convenio é unilateral, é para o IFRS,  
567 porque até este momento a Ufrgs atendeu ao Instituto; e que a questão do ressarcimento  
568 tem que ser colocada pelos gestores no documento. O conselheiro Cesar tomou a palavra  
569 para dar o encaminhamento para votação, solicitando confirmar a posição de colocarem  
570 sem data e saber se isso seria viável ou não de passar como a reitora havia colocado  
571 anteriormente. A reitora Claudia explicou que o que seria colocado era um item na cláusula  
572 quarta, dizendo que os espaços utilizados pelo Instituto Federal serão desocupados até 31  
573 de julho de 2014, mediante apresentação de cronograma à comissão que acompanhará o  
574 processo; que vão tentar passar com isso, o que pode ser aceito ou não. A conselheira  
575 Adriana lembrou que a UFRGS terá que responder por escrito. O pró-reitor Julio, que  
576 acompanhava a presente reunião, pediu a palavra e manifestou concordar com o  
577 encaminhamento da Adriana, tem de protocolar como processo administrativo no gabinete  
578 do reitor, e receber de volta pelo gabinete do reitor; considera que o encaminhamento está  
579 bom; porém a reitora terá que pedir ao Alex para tirar da pauta da reunião do CONSUN de  
580 amanhã; mas têm que estar preparados para as possíveis consequências. A reitora Claudia  
581 solicitou fazer uma ponderação, que concordava que é o melhor encaminhamento e que tem



582 de estarem preparados, mas precisa do relato do grupo se ocorrerem cortes por parte da  
583 Ufrgs, ter o retorno de como está funcionando, e se for necessário vai oficiar ao MEC o que  
584 estiver ocorrendo. A Adriana observou a necessidade de criar comissão ad hoc para  
585 acompanhar os processos e o desdobramento no prédio da Ramiro, como também o que  
586 está acontecendo junto à gestão da licitação, das obras, e a reitoria precisa se comprometer  
587 a auxiliar no que for preciso no campus. A reitora Claudia colocou sobre isso que a questão  
588 de recurso não é preocupação; Brasília sabe que esse é uma crise institucional; ela lembrou  
589 que ainda não institucionalizou o grupo que vai trabalhar junto com a Ufrgs; citou que vai  
590 colocar quatro membros, da gestão da reitoria, da gestão do campus e do conselho de  
591 campus, e da Ufrgs; o professor Julio irá participar representando a reitoria. Neste momento  
592 a reitora solicitou permissão para se retirar desta reunião, em razão de outra reunião, e  
593 disse que ia providenciar o encaminhamento, e depois se reportaria novamente a este  
594 conselho para dar os retornos. A conselheira Adriana agradeceu a presença da reitora e  
595 pela mediação que ela fez da situação, e a reitora colocou que está a disposição para  
596 auxiliar na resolução das questões. Antes de encerrar o presidente Sangoi solicitou o  
597 encaminhamento da votação e que já saíssem os nomes para a comissão; foi indicado o  
598 conselheiro André como representante do prédio Ramiro; o pró-reitor Júlio da reitoria do  
599 IFRS, e a arquiteta Milene do campus Porto Alegre; e ficou-se de confirmar se o Renato,  
600 diretor do DAP, iria participar também. A reitora encerrou sua participação e retirou-se. O  
601 presidente deu continuidade à pauta da presente reunião. **2. Editais da assistência**  
602 **estudantil.** O presidente Sangoi passou a palavra para a conselheira Martha, coordenadora  
603 do NAAC. A conselheira relatou que em cima das contribuições que o conselheiro Douglas  
604 deu para o edital, fizeram também discussão no setor sobre isso, colocou que elas têm  
605 discutido quase diariamente sobre assistência estudantil, participaram de varias discussões  
606 em fóruns etc., que foi importante para definições; ela agradeceu as contribuições do  
607 conselheiro Douglas, e as alterações importantes que foram sugeridos nos editais; salientou  
608 que alguns termos foram alterados do ano passado para este ano. Martha comentou sobre o  
609 programa de benefícios da assistência estudantil si, o qual ainda não foi construído, pois  
610 estão esperando a aprovação da política de assistência estudantil do IFRS, que já foi feita  
611 com a contribuição de todos os campi, mas ainda não foi aprovada, e a última informação  
612 que tiveram é que está no COEN; por isso seria importante que essa política fosse aprovada  
613 para então se construir o programa do Campus Porto Alegre; disse que participou da  
614 comissão de construção da política e que ficou bastante aberta, fazendo com que tenha que  
615 ter desdobramentos dentro dos campus de acordo com a realidade e necessidade de  
616 benefícios de cada um; então muitas das sugestões levantadas pelo conselheiro sobre os  
617 editais como questão de fluxos e outras deverão estar no programa; ela colocou que  
618 acharam que com todas essas informações o edital ficaria muito extenso, e muitos alunos

619 não lêem ou não entendem o edital, com muitos termos e extenso assim; então consideram  
620 que o edital possa ser um mero instrumento de inscrição com algumas normas, sem esse  
621 aglomerado de informações; isso justifica porque algumas das sugestões não foram  
622 colocadas no edital. A conselheira disse que alguns itens estão sendo revistos, como  
623 mudança de “integralização” para “tempo mínimo do curso”; explicou com relação à criação  
624 de novos benefícios, a principal fonte é a pesquisa de perfil dos alunos, conforme a  
625 demanda, e é preciso criar fluxos; relatou as dificuldades operacionais do setor devido a  
626 grande demanda e pouco pessoal para executar os processos, que são manuais; mas  
627 ressaltou que as servidoras do NAAC estão empenhadas em fazer os processos o mais  
628 rápido possível para que os alunos recebam os auxílios o quanto antes. Ela e as colegas de  
629 setor presentes, Juliana e Fabiana, reiteraram como funciona o processo do cadastro da  
630 assistência, que é muito trabalhoso, demorado e a equipe é pequena. Foi colocado que criar  
631 novos benefícios só por criar, estariam fazendo somente transferência de renda, mas tem  
632 outras questões envolvidas para que isso aconteça, não só transferência de renda, pois é  
633 importante ter o acompanhamento também. O conselheiro Douglas solicitou um aparte e  
634 sugeriu colocarem o benefício do auxílio alimentação, sugerido por ele, junto à bolsa  
635 permanência, conforme está descrito no PNAES. A servidora do NAAC, Juliana comentou  
636 que todos os benefícios que envolve somente questão financeira estão tentando atender,  
637 mas os que envolvem outro tipo de acompanhamento são mais difíceis; dos dez itens do  
638 Pnaes estão atendendo bem cinco, e os outros dando um jeito de atender; ela observou  
639 também que tem havido uma visão distorcida do que é a assistência estudantil, muitos  
640 pensam que é só transferência de dinheiro. Martha salientou que no Pnaes não diz que é  
641 obrigatório atender todos, e no momento só não conseguem atender a todos por falta de  
642 equipe; não é por falta de vontade, e sim por inúmeras questões diversas. A conselheira  
643 Mayara, representante discente, lembrou que a reivindicação do auxílio alimentação é um  
644 pedido dos alunos, já encaminhado para a direção. O presidente Sangoi colocou que na  
645 verdade o pedido foi de RU a cinquenta centavos, então no momento que a instituição  
646 oferece alimentação mesmo por meio de outra instituição, não tem como dar auxílio  
647 alimentação; mas hoje o aluno ainda tem o RU da Ufrgs; se terminar o convenio ai tem a  
648 questão legal; se não tiverem mais o RU aí a questão mudaria, e teriam que dar uma  
649 solução emergencial. O conselheiro Ivan, também representante discente, esclareceu que o  
650 que entrou na reivindicação dos alunos não foi auxílio alimentação, mas sim que o RU da  
651 Ufrgs baixasse o preço ou que tivessem o RU aqui no campus. O conselheiro Douglas  
652 comentou que a proposta dele era criar o benefício para ao aluno a condição de poder pagar  
653 para comer no RU, tirando uma parte do valor da bolsa permanência para a alimentação. A  
654 conselheira Martha comentou que isso é um simbolismo, sobre termos de valor tirar da  
655 bolsa permanência e criar o auxílio alimentação vai dar a mesma coisa, mas em

656 compensação o trabalho vai aumentar. Douglas colocou que não sabe como funcionaria o  
657 gerenciamento da questão dos recursos, para não correr o risco da proposta dele ser  
658 rechaçada pela argumentação de não ter recurso para esse tipo de benefício, pensou que  
659 poderia ser retirados vinte reais do auxílio bolsa permanência e mais 110 reais do auxílio  
660 material de ensino; mas a proposta que considera ideal é criar o benefício do auxílio  
661 alimentação para todos os alunos que preencham os requisitos dos editais. Martha colocou  
662 que tem que ter instrumentos para criar um novo benefício; a colega Fabiana colocou que  
663 alunos tem reclamado do valor do auxílio moradia ser muito pouco em função dos valores de  
664 aluguel em Porto Alegre; com relação a isso o conselheiro Douglas levantou dúvida se o  
665 auxílio moradia não seria somente para auxiliar o pagamento de aluguel; ao que o  
666 presidente Sangoi esclareceu que os auxílios deveriam subsidiar o aluno carente para ter  
667 condições de pagar integralmente suas despesas; e não adiante simplesmente tirar valor de  
668 um para colocar no outro, tem que ser criado o benefício com valores próprios, e tem que  
669 ser feito um cálculo complexo para isso. Fabiana comentou sobre 30 a 40% dos bolsistas  
670 serem alunos do Proeja, que já ganha no auxílio Proeja o valor de 100 reais que vale para  
671 alimentação. Douglas questionou se isso está escrito em algum lugar, que esses 100 reais é  
672 para isso; ao que a servidora respondeu que está na própria legislação do Proeja. Martha  
673 explicou que os recursos do Proeja vêm junto com os demais benefícios, mas antes não era  
674 assim, tinha uma rubrica específica só para o Proeja, e que deveria ter continuado. O  
675 conselheiro André observou que o importante é sinalizar um programa de assistência  
676 estudantil para o campus, ter a perspectiva futura de construir esse instrumento; ele  
677 perguntou à Martha, já que ela tem o papel importante nisso, qual seria um prazo razoável,  
678 quando teria uma previsão para que fosse discutido neste conselho um programa completo,  
679 que pudesse atender a todos os requisitos que estão no Pnaes; seria importante terem uma  
680 norma própria do campus e quando tiver a maior no âmbito do instituto, adaptar se  
681 necessário; e sobre a questão das dificuldades sistêmicas relatadas de fazer o processo  
682 todo, é importante pensar que talvez que a estrutura do NAAC só com três pessoas seja  
683 insuficiente para atender a demanda hoje no campus; citou ainda caso da servidora Aline  
684 que estava no NAAC e migrou para a Ufrgs, debate feito no conselho ano passado, seria  
685 interessante ter colocado alguém no lugar dela, pois precisavam de mais gente para  
686 resolver essa questão de estrutura para agilizar os processos. O diretor Sangoi comentou  
687 que o setor está disposto a buscar até voluntários, pois na realidade precisam de código de  
688 vaga, e disse que cobram todo dia o código para o lugar da servidora que saiu; e mais  
689 setores estão carentes, sendo Porto Alegre o maior campus em termos de demanda e  
690 estrutura e com apenas 55 servidores; infelizmente existe uma limitação em tudo. A  
691 servidora Juliana do NAAC salientou que se tivesse um sistema que funcionasse melhor já  
692 ajudaria no processo; falou-se sobre o software que estava sendo feito para o NAAC pelos

693 alunos no projeto da fábrica de software, mas ainda não foi concluído, faltou uma parte de  
694 testes e é difícil manter pela rotatividade de alunos que participam. A conselheira Adriana  
695 comentou achar que o instituto está muito atrasado nessa questão da assistência estudantil,  
696 criticou o fato de o documento das políticas de assistência estudantil estar parado na Proen  
697 desde maio de 2012, e isso tem que ser cobrado; e sugeriu que o campus faça o programa  
698 independente disso, pois não seria impeditivo, como a Martha participou da construção da  
699 política do IFRS então poderia contribuir com o do campus sem prejuízo, pois tem o  
700 conhecimento; e é necessário ter um sistema informatizado urgente, pois o processo manual  
701 que fazem para cadastrar os benefícios é desumano; citou o colega Cesar, que é da DTI,  
702 sobre a possibilidade a construção de um sistema informatizado para a assistência. O  
703 conselheiro Cesar colocou sobre a questão do sistema que as demandas de sistema dentro  
704 do campus Porto Alegre são enormes, não só assistência estudantil está com problemas,  
705 mas também outros como o Pronatec, o sistema de almoxarifado (SUAP) etc; disse que a  
706 Martha conversou com ele sobre esse software que o projeto da fábrica estaria  
707 desenvolvendo para sistematizar os processos da assistência; ele manifestou que não foi  
708 informado sobre a criação da fábrica de software, que não conhecia e nem foi consultado  
709 sobre a elaboração disso, para que de alguma forma ele fizesse integração com o sistema  
710 acadêmico do campus; foi informado também que o software seria instalado, mas não teria  
711 manutenção; na DTI desconhecem em que linguagem de programação foi feita, qual banco  
712 de dados usariam; então não teria como a DTI dar suporte a um sistema que conheceram  
713 agora; e não adiantaria usar se não tiver integração com os dados já armazenados do  
714 campus, pois teriam que cadastrar tudo novamente e daria mais trabalho; disse que na  
715 conversa com a Martha pediu para ela só mais um tempo de espera, pois o sistema do  
716 NAAC a ser desenvolvido pela DTI mesmo está na fila, e deve chegar automatizado junto ao  
717 DAP também; garantiu que isso vai ser resolvido, mas cada um a seu tempo, pois têm  
718 muitas demandas. O conselheiro André perguntou se não poderiam ter uma relação mais  
719 afinada entre DTI e fábrica de software para essas construções conjuntas. O conselheiro  
720 Evandro colocou que até onde sabe, como professor da área da informática, que os projetos  
721 da fábrica são a nível acadêmico, feitos no contexto de projeto, ou de alguma disciplina, e  
722 muitas vezes vão até um certo limite, como exercício, então seria uma sugestão chamar a  
723 professora Karen que está coordenando o projeto para explicar melhor. Cesar observou ser  
724 muito importante essa colocação do Evandro que como professor da área também sabe que  
725 é difícil fazer um sistema que não esteja integrado. O presidente Sangoi mencionou que  
726 acompanha o trabalho do Cesar há muito tempo, e o que foi desenvolvido em quatro anos o  
727 primeiro sistema acadêmico digital, e Porto Alegre é o único que tem; uma solução é que  
728 tem que se criar metas, não adianta querer atender todo mundo em pouca coisa; e a meta  
729 que colocaram quando assumiram o campus como direção, foi criar o sistema acadêmico, e

730 o de RH, sistemas que se consiga gerenciar; em comparação com a escola técnica houve  
731 avanços significativos, investiram em equipamentos; porém o limitador continua sendo a  
732 falta de pessoal. Cesar complementou que sabem o que tem que ser feito, mas que faltam  
733 pessoas, recursos humanos para isso. O presidente solicitou fazerem o encaminhamento  
734 para finalizar a reunião, e a proposta é que tem que ser feito estudo do programa de  
735 assistência estudantil do campus o quanto antes, sem esperar pela Proen, e que a partir da  
736 próxima reunião se tragam propostas para isso; e que até o final do semestre se tenha uma  
737 proposta de programa de assistência estudantil elaborado. Douglas sugeriu uma proposta,  
738 como o cronograma as inscrições do edital da assistência são até dia 22 de março; propôs  
739 que na reunião ordinária da próxima semana o assunto volte para votarem as modificações  
740 propostas por ele nos editais. O presidente propôs aprovar como está feito, manter o que foi  
741 já publicado, para não atrasar o processo, e depois discutirem as propostas dentro da  
742 construção do programa; mas os conselheiros decidiram que na próxima reunião ordinária  
743 sejam votadas as alterações do Edital. **3. Escolha da Comissão Eleitoral Única.** O ponto  
744 de pauta foi adiado para a próxima plenária. Encerrada a reunião, nada mais havendo a  
745 constar, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos  
746 conselheiros presentes. Porto Alegre, quatorze de março de dois mil e treze.

Cristine Stella Thomas \_\_\_\_\_

Secretária

Paulo Roberto Sangoi \_\_\_\_\_

Presidente

Ademir Dorneles de Dorneles ----- AUSENTE -----

Adriana de Farias Ramos \_\_\_\_\_

André Rosa Martins \_\_\_\_\_

César Germano Eltz \_\_\_\_\_

Cícero Pereira Costa ----- AUSENTE -----

Claudia do Nascimento Wyrvalski \_\_\_\_\_

Douglas Neves Ricalde \_\_\_\_\_

Elizabeth Milititsky Aguiar ----- AUSENTE -----

Evandro Manara Millete \_\_\_\_\_

Ibá Souza da Costa \_\_\_\_\_

Ivan Francisco Diehl \_\_\_\_\_

Juliana Schmitt de Nonohay \_\_\_\_\_

Martha Helena Weizenmann (suplente) \_\_\_\_\_

Mayara Cristina Menegotto Moreira \_\_\_\_\_

Regina Felisberto (suplente) ----- AUSENTE -----

Sabrina Letícia Couto da Silva \_\_\_\_\_

Suzinara da Rosa Feijó \_\_\_\_\_

Yuri Ferreira Machado \_\_\_\_\_

Rafael Cecagno (Assufrgs) ----- AUSENTE -----

José Francisco Nunes (Software Livre) \_\_\_\_\_

